



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	001/2024
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Mão de Obra – Vigia Diurno

**1. Definição do objeto**

O objeto deste Estudo Técnico é a contratação de Empresa Especializada para fornecimento de mão de obra – 01 (um) vigia diurno, para atuar junto à Escola Municipal Dom Pedro I assim que todo processo licitatório esteja finalizado. O serviço deve ser contínuo, necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades, pois o vigia deverá zelar pela guarda do patrimônio da Escola, percorrer sistematicamente inspecionando as dependências do educandário, evitando assim furtos, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades, trazendo maior segurança na rotina escolar, tanto dos profissionais de educação como dos alunos. Durante o período de recesso escolar e férias dos alunos o vigia continuará com as atribuições já citadas, além de orientar visitantes / pais quanto as informações relativas ao período letivo, tais como: data de início, horários e número de telefone para contato com a escola. Considerando que durante o período recesso escolar e das férias há a permanência da equipe da limpeza e de alguns professores que estão cumprindo jornada de trabalho, que precisam ter acesso ao prédio da escola com a abertura dos portões. A presença do vigia no ambiente escolar traz inúmeros benefícios que podemos considerar:

- Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor terá surpresas ao invadir os ambientes;
- Inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal-intencionadas, pois estes serão intimidados pela presença do vigia;
- Facilita o trabalho de pronta resposta (polícia e vigia escolar), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;

O vigia tem como papel fundamental resguardar crianças, jovens e adultos durante a sua permanência na Escola. Eles atuam de forma preventiva e proativa onde necessitam da presença de um profissional preparado e treinado para atuar em situações de iminente ameaça a vida dos estudantes, professores e pais que transitam no ambiente escolar. A presença física do vigia treinado e bem postado é um fator inibidor de práticas delituosas e ataques contra alunos.

*Manoel R.*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

O vigia se torna uma barreira entre o agressor e os alunos, tendo a capacidade de adotar o senso de percepção crítica para identificar indivíduos mal intencionados ou pessoas estranhas ao ambiente, verificar comportamento e atitudes suspeitas, podendo até emitir alertas e interagir imediatamente em situações de perturbações ou agressões.

**2. Fundamentação da contratação**

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 01/2024 de 29 de janeiro de 2024.

**3. Descrição da solução como um todo**

A solução da proposta é a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra de 01 (um) vigia diurno, conforme descrito na planilha em anexo.

**4. Requisitos da contratação**

-A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço.

-O orçamento não necessita ser sigiloso.

-O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;

- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas;

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br - br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portaldatransparencia.gov.br);

*Shaurf*  
*12.*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade da empresa perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada;

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada

*Shauf*  
R.





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra de 01 (um)

*Handwritten signature and initials*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

vigia diurno, nos seguintes horários: turno da Manhã 7h05min – 9h40min, tendo intervalo de 30min, 10h10min-11h25min, intervalo de almoço 1h; turno da Tarde 12h25min-15h30min, intervalo de 30min, 16h-17h05min, totalizando carga horária de 8 horas diárias. A prestação de serviço do vigia será nos postos fixados pelo contratante, o profissional devidamente habilitado, nos termos da legislação vigente, e capacitados para:

- a) Assumir o posto junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- b) Comunicar imediatamente a equipe diretiva da Escola qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Controlar diariamente as ocorrências do educandário;
- d) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do educandário, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da equipe diretiva da Escola, bem como aquelas que entender como oportunas;
- e) Permitir o ingresso nas instalações da Escola somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- f) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Escola facilitando, no que for possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- g) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela equipe diretiva da Escola;
- h) Não se ausentar do posto, manter os portões sempre fechados;
- i) Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme as orientações recebidas (acordadas entre o contratante e a Escola), verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
- j) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, materiais, EPIs e insumos de mão de obra (uniformes apropriados), necessários à execução dos serviços;
- k) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou ao Município;
- l) Executar o serviço de forma silenciosa, ordeira e com urbanidade para com a população;
- m) Substituir qualquer funcionário que apresentar comportamento inadequado ou indecoroso ou não demonstrar qualificação para os serviços.
- n) Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração. Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

*Thomaz R.*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

- o) Manter nas frentes de serviço pessoa autorizada a atender e fazer cumprir as determinações da fiscalização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I. A Contratada deverá indicar um encarregado que representará a empresa (preposto) e será o elo de ligação com o contratante.
- p) Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Fiscalização, na execução dos serviços;
- q) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- r) Cumprir todas as disposições legais pertinentes à saúde e segurança do trabalho as quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação;
- s) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- t) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução, exigidas no contrato;
- u) Executar os serviços de acordo com as Leis Ambientais Federais, Estaduais e Municipais, bem como atender as demais normas técnicas atinentes a matéria;
- v) Responder, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todos os questionamentos formulados pelo Município, bem como no mesmo prazo, fornecer todos os documentos que lhe forem solicitados;
- w) Não contratar trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos nem qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- x) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- y) Na execução dos serviços deverá ser utilizado profissional selecionado e com a escolaridade para a função de vigia no mínimo Ensino Médio Completo.
- A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela equipe diretiva da escola, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações educacionais, dos empregados, professores, alunos e das pessoas em geral que se façam presentes.
- Os empregados da empresa alocados para a prestação dos serviços deverão ser devidamente habilitados, selecionados e rigorosamente preparados. A CONTRATADA ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos e omissões praticados por seus empregados no desempenho de suas funções.
- Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e previdenciários, de acordo com a realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos

*Shonda*  
*W.*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

disponibilizada pela prefeitura representa, apenas, um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada. Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o Município não tem como prever todas as possibilidades de enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo. Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como por exemplo: de insalubridade e EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situação de enquadramento tributária e previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real); Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a empresa deve observar. Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários corretos para a situação licitada. Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de recursos à licitação ou denúncias recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, a empresa apresentou um item de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legislação trabalhista, visando reduzir o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa. Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o processo licitatório, ou mesmo, rescindir o contrato em vigor, pelo bem do serviço público. A contratação será por até 120 meses.

**5. Modelo de execução do objeto**

A contratação poderá ter prazo de 120 meses, conforme art.107 da Lei Federal 14.133/2021.

**6. Modelo de Gestão do Contrato**

A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo – diretora Adriane Rubert, a ser designada através de portaria.

**7. Critérios de medição e de pagamento**

O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos serviços, mediante a apresentação da Nota fiscal juntamente com a documentação comprobatória (abaixo relacionada) e autorização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. Para tanto a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no último dia útil de cada mês, podendo enviar para o email institucional: [educa@novaramada.rs.gov.br](mailto:educa@novaramada.rs.gov.br) ou entregar pessoalmente. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade. O pagamento ficará condicionado ao recebimento dos serviços pelo fiscal do Contrato. Documentação comprobatória de regularidade social e trabalhista:

- a) SEFIP completa, demonstrando o colaborador que presta ao serviço, do mês

*Simone*  
*R.*





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

imediatamente anterior ao da prestação de serviços;

- b) Recibo de pagamento do salário e benefícios, favor enviar sempre o comprovante da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;
- c) DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;
- d) Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb;
- e) Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço**

Para a solução da necessidade administrativa, objeto deste estudo preliminar nº 01/2024, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico o processo licitatório para contratação de empresa especializada na área de vigilância.

**9. Estimativa do valor da contratação**

Apurou-se, a estimativa de R\$ 4.808,68 (quatro mil oitocentos e oito reais e sessenta e oito centavos) mensais, apurado através de planilha de custos fornecida pela Empresa Mauss Consultoria em Gestão, prestadora de Serviços do Município de Nova Ramada na área contábil, totalizando o valor de R\$ 577.041,60 para o período de 120 meses.

Observa-se que o referido valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

**10. Adequação orçamentária**

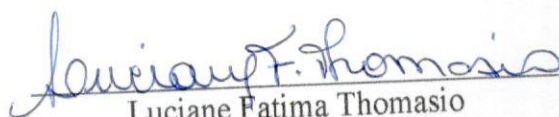
De acordo com o projeto /atividade, fonte de recursos e detalhamento da fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de empenhos.

**11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?**

( x ) NÃO.

( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 29 de janeiro de 2024.



Luciane Fatima Thomasio  
Responsável pela elaboração





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,**  
**DESPORTO E TURISMO**

Em acordo:

Nova Ramada, 29 de janeiro de 2024.

*R.*

Volnir Rubert  
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Parecer do Responsável financeiro:

( x ) Há recursos financeiros disponíveis

( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 29 de janeiro de 2024.

*R.*

Volnir Rubert  
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo  
Responsável pelo FUNDEB



ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº001/2024

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA			VLR.UNIT. MENSAL		120 meses	COD. ALMOX.
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO		
8.1.4	1	120	MESES	Contratação de Empresa especializada em serviços de vigia.		577.041,60
				TOTAL DA DESPESA		
				FUNÇÃO: vigia		
				4.808,68		
				57.704,16	meses de contr: 10	
				Valor mensal	R\$	
				Valor anual	R\$	
				Atividade	percentual por atividade	total em meses
				Fundamental	53	5,30
				Infantil	32	3,20
				Creche	15	1,50
				TOTAL	100	10
				valor por atividade	R\$	25.486,00
					R\$	15.387,78
					R\$	7.213,02
					R\$	48.086,80

Para o ano de 2024 considerar 10 meses ao valor de R\$ 4.808,68 mensal, totalizando R\$ 48.086,80(quarenta e oito mil oitenta e seis reais e oitenta centavos).

\*5,3 meses serão pagos do Proj. Atividade 2.028 -Fonte 1500 0020 MDE -Manutenção do Ensino Fundamental, equivalente a R\$25.486,00

\*3,2 meses Proj. Atividade 2.029 - Fonte 2500 0020 MDE- Manutenção da Educação Infantil, equivalente a R\$15.387,80

\*1,5 meses Proj. Atividade 2.030 - Fonte 1500 0020MDE - Manutenção da Educação Infantil/Creche, equivalente a R\$7.213,00

Luciane Fatima Thomasio

Responsável pela Elaboração

R.

Secretário

Empenhos

Almoxarifado

Volmir Rubert



## MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação nº:

Dia: - Hora:

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	NOVA RAMADA/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2024 - SINDIASSEIO - valor estimado para 2024 com 7%
D	Número de meses de execução contratual	11

## Identificação do Serviço

## ANEXO ----- A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	VIGIA CBO 5174
2	Salário normativo da categoria profissional - estimado em 7%	R\$ 1.843,71
3	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023

## MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
			1.843,71
A	Salário-base (para 220 horas)		0,00
B	Adicional de periculosidade - cfe dissídio RISCO DE VIDA	0,00%	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00%	0,00
D	Adicional noturno -		0,00
E	Hora noturna adicional		0,00
F	Adicional de hora-extra		
G	Intervalo intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total da Remuneração			1.843,71

## MÓDULO 2 : BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
		87,38
A	Transporte	
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:	R\$ 4,50
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2,00
		0,00
B	Auxílio-alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	
	B.1) Valor do auxílio-alimentação :	R\$ 0,00
	Auxílio-alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	409,86
	B.2) Valor - ESTIMADO PARA 2024	R\$ 23,00
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio-creche	0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	18,50
F	Outros (Benefício Social Familiar)	
Total de Benefícios Mensais e Diários		515,74

## MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
		55,00
A	Uniformes EPI	0,00
B	Material	
C		
Total de Insumos Diversos		55,00

Nota: Valores mensais por empregado



**MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**  
**Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS**

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	368,74
B	SESI ou SESC	1,50%	27,66
C	SENAI ou SENAC	1,00%	18,44
D	INCRA	0,20%	3,69
E	Salário educação	2,50%	46,09
F	FGTS	8,00%	147,50
G	Seguro acidente de trabalho (Riscos Ambientais-RAT)	3,00%	55,31
H	SEBRAE	0,60%	11,06
TOTAL		36,80%	678,49

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	153,64
B	Adicional de Férias	51,21
Subtotal		204,85
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	75,38
TOTAL		280,23

**Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade**

4.3	Afastamento Maternidade	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	1,37
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,50
TOTAL		1,87

**Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão**

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso-prévio indenizado	7,68
B	Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,61
C.1	Multa do FGTS do aviso-prévio indenizado	2,95
C.2	Contribuição social de 10% sobre o FGTS do aviso-prévio indenizado (LC nº 110/01 - Art. 1º) Cálculo do valor = $(10\% \times 8\% \times \text{Rem}) \times 5\%$	0,74
D	Aviso-previo trabalhado	21,51
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o aviso-prévio trabalhado	7,92
F.1	Multa do FGTS do aviso-prévio trabalhado	59,00
F.2	Contribuição social de 10% sobre o FGTS do aviso-prévio trabalhado (LC nº 110/01 - Art. 1º) Cálculo do valor = $(10\% \times 8\% \times \text{Rem}) \times 100\%$	14,75
TOTAL		115,16

**4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	153,64
B	Ausência por doença	25,61
C	Licença-paternidade	0,38
D	Ausências legais	5,12
E	Ausência por acidente de trabalho	0,60
F	Outros (especificar)	
Subtotal		185,35
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição	68,21

P.



TOTAL			253,56
Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	678,49	
4.2	13º salário + adicional de férias	280,23	
4.3	Afastamento maternidade	1,87	
4.4	Custo de rescisão	115,16	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	253,56	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL			1.329,31
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
5	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	%	Valor (R\$)
		-	3.743,75
A	Custos Indiretos	10,00%	374,38
		%	4.118,13
B	Lucro	9,00%	370,63
		-	4.488,76
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos Federais (especificar)	-	-
	cofins	3,00%	144,26
	pis	0,65%	31,40
	c)	0,00%	-
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	a) ISS	3,00%	144,26
TOTAL			1.064,93
Percentual Total e Valor Total de Tributos		6,65%	319,92

Base de Cálculo para os Tributos

Cálculo dos Tributos = ( ----- ) x Aliquota do Tributo  
1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)

Nota (1): Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

#### ANEXO -----B

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.843,71
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	515,74
C	Módulo 3 - Insumo Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	55,00
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	1.329,31
Subtotal (A + B + C + D)		3.743,75
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	1.064,93
Valor total por empregado		4.808,68

#### ANEXO -----D

#### Valor global da proposta

Descrição		Valor (R\$)
A	Valor Unitário mensal ( por colaborador )	R\$ 4.808,68
	HORAS TRABALHADAS MENSAIS	220
	CUSTO POR HORA TRABALHADA NA PROPOSTA durante o dia	R\$ 21,86

CEZAR VOLNEI  
MAUSS:  
89339339053

Representante Legal



**DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE FAZER:**

**Observação:**

Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e previdenciários, de acordo com a realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos disponibilizada pela prefeitura representa, apenas, um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada.

Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o município não tem como prever todas as possibilidades de enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo.

Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como por exemplo: de insalubridade e EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situação de enquadramento tributária e previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real);

Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a empresa deve observar.

Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários corretos para a situação licitada. Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de recursos à licitação ou denúncias recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, a empresa apresentou um item de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legislação trabalhista, visando reduzir o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa.

Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o processo licitatório, ou mesmo, rescindir o contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

Nova Ramada, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**EMPRESA LICITANTE**

2

K.